

ESPECIAIS

PUBLICAÇÕES

ANUNCIE

CONTATO

PESQUISAR

LOGIN

30 de setembro de 2017

Por: da Redação

Seja o primeiro a comentar

Descrença no sistema político “pode levar a tragédias”, adverte ministro do STJ



Ministro discursou em encontro de juizes na Serra Gaúcha / César Silvestro / Ajuris / Divulgação

O ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do qual é corregedor, sustentou nesta sexta-feira (29), em palestra no Congresso Estadual de Magistrados, promovido pela Ajuris em Bento Gonçalves, que não há questão mais importante no país do que a reforma do sistema político-eleitoral.

“Se nós não mudarmos o arranjo político-institucional, os riscos são enormes e alguns deles podem nos levar a tragédias. Primeiro, a tragédia do descrédito no sistema político-eleitoral. Se nós não acreditarmos no voto popular, a porta estará escancarada para o desastre político. O que salva o Brasil da guerra civil, do sangue correndo na rua, é que a população ainda acredita, a cada dois anos, numa crença renovada, cada vez exigindo mais otimismo, que alguma coisa vai mudar”, disse ele para a plateia de magistrados gaúchos.

O ministro defendeu a alternativa do financiamento público de campanha. “Sou absolutamente favorável ao fundo público”, disse ele. para quem é preciso “entender o processo político-eleitoral como algo que pertence a nós”, em vez de deixá-lo à mercê dos

aproveitadores. É a forma pela qual, segundo ele, pode-se dar condições para que o processo eleitoral, ao qual tudo se relaciona, seja democrático.

Benjamin descartou o financiamento empresarial, que considerou ter sido “a madrasta da democracia brasileira”, aludindo aos casos de corrupção. Na sua opinião, o caixa 2 “é um passaporte para escravidão” até mesmo de político honesto que acaba refém de doadores envolvidos com crimes.

De acordo com ele, a Justiça Eleitoral brasileira, apesar de ser uma das melhores do mundo, não consegue controlar esse tipo de financiamento. “É impossível controlar o financiamento empresarial”. Quanto à hipótese de os candidatos bancarem suas despesas de campanha, resultaria na “aberração” de um “parlamento recheado de ricos”.

Herman Benjamin lamentou que ainda exista compra de voto no Brasil, não só nas regiões mais remotas, como também nas áreas mais ricas. E, pior, não só compra do mandato, como também do produto do mandato, que é a lei. “O que fazemos com a lei comprada? Qual a natureza jurídica de uma lei comprada?”, indagou, demonstrando muita preocupação com essa anomalia, desprovida de legitimidade popular. Sem citar nomes, avançou em caso em que houve compra de lei e também de medida provisória.

Mas ele condenou a generalização na crítica aos políticos. “Não podemos generalizar e não vamos imaginar que o Parlamento é dominado por representantes de má fé. Posso afirmar que a esmagadora maioria tem preocupação com o país. Mas há uma minoria, infelizmente, que consegue negociar até mesmo um texto legal”. O magistrado disse que há políticos que veem o Poder Judiciário não mais como uma instituição distante, mas como uma fonte de mandado de prisão.

Leia também:

Congresso da Ajuris em Bento Gonçalves debate o papel do juiz

Breviário da roubalheira eleitoral

TRE-RS se alinha a movimento gaúcho contra extinção de zonas eleitorais

Vereadora mais votada de Santo Antônio do Palma tem mandato cassado por compra de votos

Yeda Crusius rechaça proposta do “distritão” e do fundo eleitoral

Tweet

O que diria Bento Gonçalves dos acordos que Sartori está fazendo com Temer?

Compre aqui seu exemplar

NOTAS

78% dos servidores municipais tem salário de setembro parcelado

Santander Cultural avisa que não reabrirá exposição Queermuseu

Termina operação de tropas das Forças Armadas na Rocinha

Estado paga servidores que ganham R\$ 1750 nesta sexta-feira

Supremo autoriza ensino religioso específico nas escolas públicas

Usinas hidrelétricas operadas pela Cemig são leiloadas por R\$ 12,1 bilhões

STF afasta novamente Aécio do mandato de senador

A PEDIDO



PUBLICAÇÕES

ARTIGOS MAIS RECENTES

MARÍLIA VERÍSSIMO VERONESE

A fé e os negócios: viajando de avião com executivos e etnografando o cotidiano

JOÃO ALBERTO WOHLFART

A realidade e o seu contrário

PAULO TIMM

Alcance e repercussões da greve geral

EUGÊNIO ARAGÃO

Temer, vaza!

ANÁLISE & OPINIÃO

Ricardo Lewandowski



O significado de devido processo legal

Elmar Bones



Outro Mourão

Geraldo Hasse



A doença da intolerância

Cuthab propõe seminário sobre o impacto ambiental do projeto para o Cais Mauá

Cais Mauá S.A. diz que terá os recursos para começar a obra em janeiro

DESTAQUES

ÚLTIMAS

+LIDOS DA SEMANA

Descrença no sistema político "pode levar a tragédias", adverte ministro do STJ

Municípios decidem entrar em greve a partir do próximo dia 5

Professores mantêm greve e milhares de servidores protestam contra atraso de salários

78% dos servidores municipais tem salário de setembro parcelado

Santander Cultural avisa que não reabrirá exposição Queermuseu

Ospa dá boas vindas à Primavera, depois de seis anos sem se apresentar no Jardim Botânico

Após quinze horas de sessão, Câmara rejeita revisão de IPTU da Capital

Juiz deve decidir em outubro sobre Fundação Zoobotânica

Derrota no projeto de revisão do IPTU expõe fragilidade política de Marchezan na Câmara

MP de Contas pede auditoria sobre os parcelamentos de salários no governo Marchezan

Cidade Baixa: nem moradores, nem comerciantes querem fechamento de bares mais cedo

APOIOS



JA 30 anos *Quem lê, confia.*

[QUEM SOMOS](#)

[HISTÓRICO](#)

[EQUIPE](#)

[CONTATO](#)